

**Editora Ática S.A.**  
**Demonstrações Financeiras em**  
**31 de dezembro de 2013**  
**E Relatório dos Auditores Independentes**

## EDITORA ÁTICA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

## ÍNDICE

	<b>Página</b>
Balancos patrimoniais	1-2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	6-39
Conselho de Administração e Diretoria	40
Relatório dos Auditores Independentes	41-42

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**Em 31 de dezembro**  
(valores expressos em milhares de reais)

**ATIVO**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	120.991	24.392
Contas a receber de clientes (nota 8)	167.963	132.640
Estoques (nota 9)	93.101	101.538
Impostos a recuperar (nota 10)	3.284	878
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	8.978	5.332
	<u><b>394.317</b></u>	<u><b>264.780</b></u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Impostos a recuperar (nota 10)	1.375	1.388
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	4.533	4.809
Depósitos judiciais (nota 17)	2.387	1.134
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	182	406
Investimentos	-	230
Intangível (nota 12)	16.322	6.690
Imobilizado (nota 13)	6.729	7.174
	<u><b>31.528</b></u>	<u><b>21.831</b></u>
<b>Total do ativo</b>	<u><b>425.845</b></u>	<u><b>286.611</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**Em 31 de dezembro**  
 (valores expressos em milhares de reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	75.736	70.143
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	20.998	12.575
Impostos e contribuições a pagar (nota 16)	1.309	1.754
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13.543	6.611
Dividendos a pagar (nota 28)	13.254	11.239
Contas a pagar por aquisição de participação societária	1.389	-
	<b><u>126.229</u></b>	<b><u>102.322</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	160.923	34.118
Impostos e contribuições a pagar (nota 16)	-	616
Provisão para contingências (nota 17)	5.557	3.593
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	23	32
<b>Total do passivo</b>	<b><u>166.503</u></b>	<b><u>38.359</u></b>
	<b><u>292.732</u></b>	<b><u>140.681</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social (nota 20)	67.846	67.846
Reserva de capital (nota 21)	805	805
Reservas de lucros (nota 21)	64.462	77.279
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>133.113</u></b>	<b><u>145.930</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u>425.845</u></b>	<b><u>286.611</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita líquida (nota 22)	372.331	358.658
Custos dos produtos e serviços (nota 23)	<u>(130.042)</u>	<u>(137.322)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<b>242.289</b>	<b>221.336</b>
Despesas com vendas (nota 23)	(100.697)	(103.299)
Despesas gerais e administrativas (nota 23)	(52.096)	(41.110)
Outras receitas (despesas), líquidas (nota 24)	<u>(1.306)</u>	<u>(722)</u>
<b>Lucro operacional</b>	<b>88.190</b>	<b>76.205</b>
Receitas financeiras (nota 25)	5.276	1.033
Despesas financeiras (nota 25)	(8.313)	(6.455)
Variação cambial líquida (nota 25)	<u>(278)</u>	<u>225</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>84.875</b>	<b>71.008</b>
Imposto de renda e contribuição social (nota 26)	<u>(29.070)</u>	<u>(23.686)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b><u>55.805</u></b>	<b><u>47.322</u></b>
Lucro por ação do capital social (em R\$)	<u>0,00823</u>	<u>0,00697</u>

Não foram apurados outros resultados abrangentes, por esse motivo a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>52.846</b>	<b>805</b>	<b>8.307</b>	<b>32.889</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>94.847</b>
Aumento de capital conforme AGE 28/12/2012	15.000	-	-	-	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	47.322	47.322
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-
- Constituição reserva legal	-	-	2.366	-	-	(2.366)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(11.239)	(11.239)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	10.239	(10.239)	-
- Retenção de lucros	-	-	-	23.478	-	(23.478)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>67.846</b>	<b>805</b>	<b>10.673</b>	<b>56.367</b>	<b>10.239</b>	<b>-</b>	<b>145.930</b>
Distribuição de dividendos adicionais conforme AGE 20/12/2013	-	-	-	(45.129)	(10.239)	-	(55.368)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	55.805	55.805
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-
- Constituição reserva legal	-	-	2.790	-	-	(2.790)	-
- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(13.254)	(13.254)
- Retenção de lucros	-	-	-	39.761	-	(39.761)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>67.846</b>	<b>805</b>	<b>13.463</b>	<b>50.999</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>133.113</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Caixa gerado pelas operações (nota 27)	57.766	59.430
Juros pagos	(3.784)	(4.759)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.174)	(2.648)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b><u>45.808</u></b>	<b><u>52.023</u></b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de:		
Imobilizado	(2.799)	(2.669)
Intangível	(9.869)	(2.759)
Aquisição de investimento permanente	-	(230)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b><u>(12.668)</u></b>	<b><u>(5.658)</u></b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	143.653	16.515
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(12.334)	(5.764)
Pagamento de PAES e impostos parcelados	(1.253)	(1.183)
Mútuos recebidos de partes relacionadas	-	59.367
Mútuos pagos a partes relacionadas	-	(95.073)
Aumento de capital	-	15.000
Dividendos pagos	(66.607)	(8.284)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(3.470)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b><u>63.459</u></b>	<b><u>(22.892)</u></b>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>96.599</u></b>	<b><u>23.473</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>24.392</b>	<b>919</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b><u>120.991</u></b>	<b><u>24.392</u></b>
<b>MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>96.599</u></b>	<b><u>23.473</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Editora Ática S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, tendo como controladora a Abril Educação S.A.. A Editora Ática S.A. tem como atividade preponderante a edição, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros, sistemas de ensino e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 24 de março de 2014.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

#### (a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

#### (b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos, aplicáveis às operações da Companhia, foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013.

- i) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.
- ii) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.



## (c) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

## 2.2 Conversão de moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia, e também, é a sua moeda de apresentação.

### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida.

## 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.4 Ativos financeiros

### 2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes demonstrações financeiras, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

### 2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

### Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado exercício em que as condições se alteraram.

## 2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente à comercialização no atacado (mercado público e privado) e no varejo de livros e apostilas voltados para a educação. Em geral a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando um crédito encontra-se vencido há mais de 90 dias. A Companhia também leva em consideração a análise de perdas históricas e o acompanhamento da situação individual de seus clientes.

## 2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável reduzido por provisão para obsolescência e para redução para o valor de mercado.

Os custos relacionados ao desenvolvimento de material didático para futuras edições são registrados em estoque em elaboração e apropriados ao resultado por ocasião da venda da primeira impressão de cada edição.

A administração da Companhia avalia e efetua provisão para perdas para produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação, com base em percentual de acordo com o tempo de permanência dos itens nos estoques, até o limite máximo de três anos. A Administração avalia, também, a necessidade dos estoques serem destruídos.

## 2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

## 2.8 Intangível

### *Software*

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante na vida útil econômica dos *softwares* de 3 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa do resultado exercício em que são incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- . A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- . O software pode ser vendido ou usado;
- . Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, conforme divulgado na nota 12.

## 2.9 Imobilizado

Máquinas e equipamentos industriais são aqueles mantidos pela Companhia para produção de livros e apostilas de sistema de ensino. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais.

O ativo imobilizado é avaliado ao custo histórico e inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido das respectivas depreciações.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil estimada dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. O valor residual dos itens do imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 13.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, conseqüentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

## 2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são

agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

## 2.11 Fornecedores e demais contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de

parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.14 Direitos autorais**

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros, de acordo com o período de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras.

## **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

## 2.16 Benefícios a funcionários

### (i) Obrigações de aposentadoria (pensão)

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

### (ii) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio do Superação, programa de participação nos resultados vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

## 2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

## 2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que determinam dividendos mínimos obrigatórios de 25%. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos quando a proposta de remuneração é aprovada pela diretoria. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

## 2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.



a) Receita de venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é reconhecida no resultado do exercício quando da entrega do produto aos clientes.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor e considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, com base em estudos de viabilidade técnica que suportam o registro e a manutenção desses ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas diferenças significativas em relação ao estudo e projeções completas efetuadas por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 2012.

#### (b) Contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A Administração entende que essas contingências estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

## 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco definida pela sua controladora, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

### 4.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da controladora da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Na prática, a Tesouraria da Controladora da Companhia (“Tesouraria Corporativa”) pode vir a contratar instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia de riscos de taxa de juros e câmbio.

#### a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

##### i) Riscos de taxa de câmbio

A Companhia possui fornecedores de papel contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esse passivo surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desse passivo.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de fornecedores indexados ao dólar norte-americano era de R\$ 7.568 (2012 – R\$ 4.820). Devido ao baixo valor em exposição, a Companhia não possui nenhuma operação para cobertura deste tipo de risco.

##### ii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinado a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI- Certificado de Depósito Interbancário). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que possam aumentar o saldo desse passivo.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse tipo de risco. Contudo, há um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual conveniência da contratação de instrumentos para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço.

## **b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado de forma centralizada pela controladora da Companhia. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades classificadas com rating mínimo e equivalente a “brAAA” das agências Moody’s, Fitch Rating e Standard & Poor’s. As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, com remuneração média em torno de 100,7% do CDI.

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

## **c) Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de coluna para reconciliar os valores àqueles registrados no balanço patrimonial da Companhia. Para projeção dos fluxos futuros a Companhia adotou as taxas atuais do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI, ou seja, 9,78% a.a.,.

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Efeito do desconto</u>	<u>Valor contábil</u>
<b>Em 31 dezembro de 2013</b>						
Debentures (nota 15)	3.879	-	209.951	213.830	(70.947)	142.883
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	19.253	17.719	11.366	48.338	(9.300)	39.038
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	75.736	-	-	75.736	-	75.736
<b>Em 31 dezembro de 2012</b>						
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	13.700	17.844	25.813	57.357	(10.664)	46.693
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	70.139	4	-	70.143	-	70.143

## 5. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir sua continuidade, oferecendo retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora a estrutura de capital por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira calculado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está assim sumarizado abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Total dos empréstimos (nota 15)	181.921	46.693
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	<u>(120.991)</u>	<u>(24.392)</u>
Dívida líquida	60.930	22.301
Total do patrimônio líquido	<u>133.113</u>	<u>145.930</u>
Total do capital	<u>194.043</u>	<u>168.231</u>
Índice de alavancagem financeira - %	31	13

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa bem como duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui uma política que estabelece um monitoramento contínuo das taxas de câmbio, taxas de juros e preço de insumos, com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>				
	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Resultado/ DRE</b>	<b>Cenário provável (i)</b>	<b>Cenário I (ii)</b>	<b>Cenário II (iii)</b>
Certificados de depósitos bancários - CDBs	120.241	4.982	5.122	6.402	7.683
<b>Total dos ativos em CDI</b>	<b>120.241</b>	<b>4.982</b>	<b>5.122</b>	<b>6.402</b>	<b>7.683</b>
Debêntures colocadas	(142.883)	(3.709)	(3.813)	(4.766)	(5.720)
Empréstimos bancários (iv)	(14.272)	(1.711)	(1.759)	(2.199)	(2.639)
<b>Dívida total em CDI</b>	<b>(157.155)</b>	<b>(5.420)</b>	<b>(5.572)</b>	<b>(6.965)</b>	<b>(8.359)</b>
<b>Exposição líquida em CDI</b>	<b>(36.914)</b>	<b>(438)</b>	<b>(450)</b>	<b>(563)</b>	<b>(676)</b>
Taxa CDI - %	9,78%		10,05%	12,56%	15,08%
variação da taxa em relação à projeção				25,00% (ii)	50,00% (iii)

(i) Variação da taxa atual o cenário provável estimado.

(ii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%.

(iii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%.

(iv) Não considera o empréstimo BNDES-FINAME, atualizado pela TJLP, no montante de R\$ 24.766

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	191	146
Bancos conta movimento	559	91
Certificados de depósitos bancários - CDBs (i)	<u>120.241</u>	<u>24.155</u>
<b>Total</b>	<b><u>120.991</u></b>	<b><u>24.392</u></b>

- (i) Os CDBs são remunerados à taxa média de 100,7% do CDI, mensurados pelo custo amortizado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento e estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Comercialização de livros didáticos e paradidáticos	169.994	133.698
Outras	<u>674</u>	<u>1.213</u>
	<b>170.668</b>	<b>134.911</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.705)</u>	<u>(2.271)</u>
<b>Total contas a receber</b>	<b><u>167.963</u></b>	<b><u>132.640</u></b>

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não se difere significativamente do valor justo desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2013, do total do saldo de contas a receber (comercialização de livros didáticos e paradidáticos), R\$91.042 (2012 – R\$66.351) referem-se a vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC, e a parcela restante refere-se às vendas no mercado privado.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

<u>Composição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>A vencer:</b>	<b>164.066</b>	<b>129.809</b>
<b>Vencidas:</b>	<b>6.602</b>	<b>5.102</b>
Até 30 dias	2.044	1.441
De 31 a 60 dias	457	165
De 61 a 90 dias	661	237
De 91 a 180 dias	588	637
De 181 a 360 dias	727	532
há mais de 360 dias	<u>2.125</u>	<u>2.090</u>
	<b><u>170.668</u></b>	<b><u>134.911</u></b>

c) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	2.271	2.232
Adições	2.239	1.930
Reversões e baixas	(1.805)	(1.891)
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<u><u>2.705</u></u>	<u><u>2.271</u></u>

## 9. ESTOQUES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Matérias-primas	13.126	14.088
Produtos em elaboração	24.242	28.455
Produtos acabados	70.830	69.752
Importações em andamento	499	145
Provisões para obsolescência e para redução ao valor de mercado	(15.596)	(10.902)
	<u><u>93.101</u></u>	<u><u>101.538</u></u>

A movimentação das provisões para obsolescência ou realização de estoques são como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	10.902	30.623
Adições/Reversões no período	4.694	2.893
Utilização de provisão por:		
- Destruição (i)	-	(20.018)
- Ajuste de inventário (ii)	-	(2.596)
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<u><u>15.596</u></u>	<u><u>10.902</u></u>

- (i) Em junho de 2012, a Companhia finalizou o processo de destruição de livros obsoletos e invendáveis, já provisionados, no montante de R\$ 20.018, sem impacto no resultado.
- (ii) Em junho de 2012, em conexão com o processo de aperfeiçoamento dos controles internos foi realizado um inventário físico de produtos acabados que apurou um ajuste de R\$ 14.256 nos estoques, dos quais R\$ 2.596 já estavam provisionados; desta forma foi reconhecido no resultado do exercício o valor de R\$ 11.660 na conta de custos dos produtos e serviços (vide nota 27). A Companhia já tomou as ações necessárias para garantir que este evento seja não recorrente e que os controles preventivos estejam adequados à operação.

## 10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.283	1.986
Programa de Integração Social - PIS	833	225
Imposto de renda sobre aplicação financeira	288	16
Imposto de renda e contribuição social antecipados	158	1
Imposto de renda e contribuição social crédito tributário	-	20
Outros	97	18
	<u><b>4.659</b></u>	<u><b>2.266</b></u>
Circulante	3.284	878
Não circulante	1.375	1.388

## 11. ADIANTAMENTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamentos a empregados	1.117	1.288
Adiantamentos a fornecedores	4.783	1.205
Adiantamentos de direitos autorias	1.430	2.181
Pagamentos antecipados	1.708	941
Outros	122	123
	<u><b>9.160</b></u>	<u><b>5.738</b></u>
Circulante	8.978	5.332
Não circulante	182	406

## 12. INTANGÍVEL

### a) Movimentação

					<u>2013</u>
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/12	Adições	Amortização	Saldo líquido em 31/12/13
Sistemas de computação	17%	4.498	1.400	(1.537)	4.361
Software em desenvolvimento (i)	-	2.192	5.959	-	8.151
Carteira de Clientes		-	3.810	-	3.810
		<u><b>6.690</b></u>	<u><b>11.169</b></u>	<u><b>(1.537)</b></u>	<u><b>16.322</b></u>

- (i) Software em desenvolvimento refere-se substancialmente a projetos de infra-estrutura TI e desenvolvimento de sites e conteúdo.



	Taxas anuais de amortização					2012
		Saldo líquido em 31/12/11	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 31/12/12
Sistemas de computação	17%	3.828	593	1.426	(1.349)	4.498
Software em desenvolvimento	-	1.334	2.166	(1.308)	-	2.192
		<b>5.162</b>	<b>2.759</b>	<b>118</b>	<b>(1.349)</b>	<b>6.690</b>

## 13. IMOBILIZADO

### a) Movimentação:

	Taxas anuais de depreciação					2013
		Saldo líquido em 31/12/12	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/13
Instalações	21%	387	382	-	(114)	655
Máquinas e equipamentos industriais	25%	872	60	-	(96)	836
Móveis e utensílios	10%	495	57	(3)	(78)	471
Veículos	33,33%	2.310	721	(45)	(1.726)	1.260
Equipamentos de computação	40%	1.380	873	(18)	(745)	1.490
Benfeitorias em móveis de terceiros	4% a 20%	1.470	16	-	(419)	1.067
Imobilizações em andamento	-	260	690	-	-	950
		<b>7.174</b>	<b>2.799</b>	<b>(66)</b>	<b>(3.178)</b>	<b>6.729</b>

	Taxas anuais de depreciação					2012	
		Saldo líquido em 31/12/11 (Não auditado)	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/12
Instalações	21%	285	-	-	207	(105)	387
Máquinas e equipamentos industriais	25%	16	895	-	(1)	(38)	872
Móveis e utensílios	10%	507	27	-	39	(78)	495
Veículos	33,33%	3.923	533	(88)	(10)	(2.048)	2.310
Equipamentos de computação	40%	1.028	965	(38)	-	(575)	1.380
Benfeitorias em móveis de terceiros	4% a 20%	614	7	-	1.252	(403)	1.470
Imobilizações em andamento	-	1.623	242	-	(1.605)	-	260
		<b>7.996</b>	<b>2.669</b>	<b>(126)</b>	<b>(118)</b>	<b>(3.247)</b>	<b>7.174</b>

A Administração não identificou nenhum indicativo de *impairment* em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, não houve a necessidade de efetuar testes de *impairment* para esses ativos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possui ativos qualificáveis ou operações de créditos elegíveis à capitalização de juros no ativo imobilizado.

## 14. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores (i)	32.172	37.424
Fornecedores estrangeiros	7.568	-
Salários e encargos sociais	22.751	21.982
Recebimentos antecipados de clientes	23	18
Receita diferida	-	-
Direitos autorais a pagar	12.858	9.958
Outras contas a pagar	364	761
	<u><b>75.736</b></u>	<u><b>70.143</b></u>
Circulante	75.736	70.143

- (i) O saldo de fornecedores nacionais refere-se substancialmente à compra de matéria-prima (papel) e tem prazos médios de pagamentos de 180 dias (2012 –180 dias).

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debentures colocadas	3.774	139.109	-	-
Empréstimos e financiamentos:				
Em moeda nacional:				
FINAME	9.904	14.862	5.039	20.213
Empréstimos bancários	7.320	6.952	7.536	13.905
	<u><b>20.998</b></u>	<u><b>160.923</b></u>	<u><b>12.575</b></u>	<u><b>34.118</b></u>

- 15.1. Em 30 de setembro 2013, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da controlada Editora Ática S.A., em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R\$ 140.000 (cento e quarenta milhões) e 140 quantidades, com o valor unitário de R\$ 1.000 (um milhão), com liquidação financeira em 1º de outubro de 2013, sem cláusula de opção para repactuação programada. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados a gestão ordinária de suas atividades, bem como no financiamento das aquisições do Grupo Abril Educação. As debêntures têm prazo de vigência de 5 anos e com vencimento final em 30 de setembro de 2018. A amortização do principal será realizada em 3 parcelas anuais a partir de 30 de setembro de 2016, com remuneração de CDI + 1,50% ao ano, sendo que os juros são pagos semestralmente a partir de 30 de março de 2014.

Para manutenção das condições contratuais a Abril Educação S.A., Fiadora, Controladora da Companhia, se obriga a manter indicadores financeiros (“Covenants”) mencionados abaixo, durante o período de vigência das debêntures da Companhia, calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais do Grupo Abril Educação:

- (i) Índice de alavancagem igual ou inferior a 3,5 em 31 de dezembro de 2013; 3,0 em 31 de dezembro de 2014; e 2,5 a partir de 31 de dezembro de 2015 e anos subsequentes. Índice de alavancagem é a relação entre a dívida líquida e o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA); e
- (ii) Índice de cobertura de juros igual ou superior a 1,5 em 31 de dezembro de 2013 e 2,0 a partir de 31 de dezembro de 2014 e anos subsequentes. Índice de cobertura de juros é a relação entre o EBITDA e as despesas financeiras relativas ao período de 12 meses imediatamente anteriores, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia Fiadora.

Em 31 de dezembro de 2013, a Abril Educação S.A. cumpriu todos os requisitos vigentes.

15.2. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2013, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$</u>	<u>% sobre total</u>
2015	14.182	8,81%
2016	49.814	30,96%
2017	50.142	31,16%
2018	46.785	29,07%
	<b>160.923</b>	<b>100,00%</b>

15.3. Moeda nacional

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional em 31 de dezembro de 2013 estão assim representados:

(i) FINAME

A Companhia dispõe de linhas de crédito junto ao BNDES (FINAME) para o desenvolvimento de suas atividades conforme segue abaixo:

- Linha de crédito no valor de R\$ 20.000, destinados ao incremento e financiamento da produção de livros didáticos com encargos que variam entre 3,25% e 4,80% a.a., além da TJLP. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimento entre 36 e 48 meses. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo dessa operação é de R\$ 4.030 (2012- R\$ 8.585).

- Linha de crédito no valor de R\$ 20.382, destinados aos gastos com Plano Editorial e Impressão (serviços gráficos e aquisição de papel) com encargos que variam entre 2,75% e 3,25% a.a. + TJLP + 1% a.a.. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimentos entre 15/07/2015 e 15/01/2018, com carências entre 18 e 48 meses, sendo que neste período os juros são trimestrais e

posteriormente mensais. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo dessa operação é de R\$ 20.735 (2012-R\$ 16.130).

(ii) Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários se referem a cédulas de crédito bancário, amortizadas em 6 parcelas, com vencimentos semestrais nos meses de abril e outubro, iniciando-se em 03 de abril de 2013 e com vencimento em 06 de outubro de 2015. Sobre o saldo devedor há incidência de juros atrelados à variação do CDI + 2% a.a., a serem pagos semestralmente juntamente com a amortização da parcela do principal.

Em 6 de Junho de 2013, a Companhia renegociou a cédula de crédito, tendo sido alterada a taxa de juros, passando a vigorar a partir de Outubro de 2013, para 100% da variação do CDI + 1,8% a.a.. As demais cláusulas e condições não foram alteradas.

Este contrato de empréstimo contém cláusulas restritivas à observância de certos indicadores financeiros a serem medidos na Abril Educação S.A., Fiadora, calculados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas anuais, nos pagamentos antecipados mediante a venda de ativos; bem como restrições a distribuição de dividendos e outras operações com partes relacionadas ou participação em outras Companhias. Em 31 de dezembro de 2013, a Abril Educação S.A. cumpriu com todos os requisitos vigentes.

## 16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
REFIS e PAES	651	1.215	616
INSS	211	271	-
PIS	8	129	-
IRRF	291	8	-
Outros	148	131	-
	<u><b>1.309</b></u>	<u><b>1.754</b></u>	<u><b>616</b></u>

### 16.1.REFIS e PAES

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A movimentação dos saldos desse programa pode ser assim sumarizada:

Saldo a pagar em 31/12/2011	<u>2.845</u>
Pagamentos de janeiro a dezembro de 2012	(1.183)
Juros de janeiro a dezembro de 2012	<u>169</u>
Saldo a pagar em 31/12/2012	<u>1.831</u>
Pagamentos de janeiro a dezembro de 2013	(1.253)
Juros de janeiro a dezembro de 2013	73
Saldo a pagar em 31/12/2013	<u>651</u>
Circulante	651

Como consequência da adesão ao REFIS IV, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. De acordo com a Lei 11.941/09, não foram dadas garantias para ingresso a esse programa.

O parcelamento foi efetuado em 60 meses, sendo que os pagamentos estão sendo efetuados nos prazos de vencimento, em espécie, uma vez que não estão sendo efetuados pagamentos via utilização de prejuízo fiscal. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). A Administração aguarda a homologação dos débitos da Companhia pela Receita Federal do Brasil.

## 17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

<u>Processos</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tributários	-	1.069
Trabalhistas	1.643	873
Cíveis	<u>3.914</u>	<u>1.651</u>
	<u>5.557</u>	<u>3.593</u>

b) Movimentação:

<b>Descrição</b>	<b>Tributários</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Contingências</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.137	1.724	2.903	5.764
Atualização monetária e juros	10	8		18
Constituição de provisão	50	679	1.610	2.339
Baixa de provisão				
- Por pagamento	-	-	(599)	(599)
- Por reversão	(1.129)	(768)	-	(1.897)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>68</b>	<b>1.643</b>	<b>3.914</b>	<b>5.625</b>
<b>Depósitos Judiciais Redutores da Provisão</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(68)	(851)	(1.252)	(2.171)
Resgate (Inclusão)	-	851	1.252	2.103
	<b>(68)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(68)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>1.643</b>	<b>3.914</b>	<b>5.557</b>

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

A Administração procedeu à atualização das estimativas de perdas com processos baseado em seus assessores jurídicos considerando o objeto e a fase processual das ações.

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos trabalhistas

Os pedidos mais frequentes referem-se a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extra, vínculo empregatício, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos cíveis e tributários

Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

17.1. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

<b>Processos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Tributários	1.683	983
Trabalhistas	87	62
Cíveis	617	89
	<b>2.387</b>	<b>1.134</b>

17.2. Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial, classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas são como seguem:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Contingências tributárias	32.050	29.654
Contingências trabalhistas	11.717	4.465
Contingências cíveis	41.886	18.337
	<b>85.653</b>	<b>52.456</b>

Em 31 de dezembro de 2013, parte substancial dos processos cíveis com risco possível, no montante aproximadamente de R\$35.000, referem-se a três processos judiciais relacionados à rescisão contratual com distribuidores.

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

18.1. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido constituído sobre exigibilidade suspensa e diferenças temporárias são como segue:

	2013	(Debitado)/ creditado ao resultado	2012
<b>Imposto diferido ativo</b>			
Provisão para contingências	1.889	501	1.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	187	90	97
Provisão para participação nos lucros - PLR	920	275	645
Provisão para gratificação	-	(370)	370
Provisão para devolução de produtos	357	(35)	392
Impostos com exigibilidade suspensa	23	(261)	284
Outras diferenças temporárias	1.157	(476)	1.633
	<b>4.533</b>	<b>(276)</b>	<b>4.809</b>
<b>Imposto diferido passivo</b>			
Diferenças temporárias	(23)	9	(32)
	<b>(23)</b>	<b>9</b>	<b>(32)</b>
		<b>Dezembro</b>	
		<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses		4.533	4.809
		<b>4.533</b>	<b>4.809</b>
Passivo de imposto diferido a ser realizado			

A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre exigibilidade suspensa e diferenças temporárias está relacionada ao período no qual as empresas estimam auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido.

## 19. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A Companhia é uma das patrocinadoras da entidade de previdência privada, denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada (“Abrilprev”) a partir de dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições à Abrilprev no montante de R\$ 1.068 (R\$985 em 31 de dezembro de 2012). A contribuição devida pela patrocinadora é de 2,5933 % em 2013 (2,7574% em 2012) sobre a folha de pagamento dos empregados participantes do plano.

## 20. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social é de R\$ 67.846, dividido em 6.784.563.153 ações ordinárias sem valor nominal.



Em de 28 de dezembro de 2012, por meio da Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada o aumento do capital social no montante de R\$ 15.000, passando o capital social da Companhia de R\$ 52.846 para R\$ 67.846, com emissão 1.500.000.000 novas ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

## 21. RESERVAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reserva de capital	805	805
Reservas de lucros		
Reserva legal	13.463	10.673
Reserva retenção de lucros	50.999	66.606
	<u>64.462</u>	<u>77.279</u>
	<u><b>65.267</b></u>	<u><b>78.084</b></u>

### 21.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### 21.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a serem deliberados em Assembleia Geral.

Em 20 de dezembro de 2013, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a destinação de dividendos adicionais de R\$ 10.239.

### 21.3. Dividendos propostos

Os estatutos da Companhia preveem que os acionistas terão direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da quota destinada à constituição de reserva legal.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado do exercício	55.805	47.322
Constituição de reserva legal	(2.790)	(2.366)
<b>Saldo a distribuir</b>	<u><b>53.015</b></u>	<u><b>44.956</b></u>
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	(13.254)	(11.239)
Dividendos adicionais propostos	-	(10.239)
Reserva de retenção de lucros	<u><b>39.761</b></u>	<u><b>23.478</b></u>

## 22. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	372.581	358.813
Impostos sobre vendas	<u>(250)</u>	<u>(155)</u>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>372.331</u></b>	<b><u>358.658</u></b>

## 23. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	<u>2013</u>			
	<u>Custo</u>	<u>Vendas</u>	<u>Administrativas</u>	<u>Total</u>
Depreciações e amortizações	(29)	(2.220)	(2.466)	(4.715)
Despesas com pessoal	(871)	(34.836)	(25.850)	(61.557)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(99.143)	(1.725)	(469)	(101.337)
Amortização de investimento editorial	(23.651)	-	-	(23.651)
Serviços de terceiros	(1.457)	(8.818)	(15.429)	(25.704)
Fretes	(4.010)	(455)	(9)	(4.474)
Manutenção e reparos	(114)	(1.332)	(3.065)	(4.511)
Direitos autorais	-	(28.183)	-	(28.183)
Comissões	-	(1.780)	-	(1.780)
Mídia	-	(1.457)	-	(1.457)
Eventos e seminários	-	(48)	-	(48)
Promoções	(27)	(4.732)	(136)	(4.895)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(434)	-	(434)
Aluguel	(423)	(7.152)	(1.211)	(8.786)
Viagens e representações	(57)	(6.944)	(773)	(7.774)
Processos/contingências	-	913	(1.708)	(795)
Outras Despesas/Receitas	(260)	(1.494)	(980)	(2.734)
	<b><u>(130.042)</u></b>	<b><u>(100.697)</u></b>	<b><u>(52.096)</u></b>	<b><u>(282.835)</u></b>

	<u>2012</u>			
	<u>Custo</u>	<u>Vendas</u>	<u>Administrativas</u>	<u>Total</u>
Depreciações e amortizações	(79)	(2.269)	(2.248)	(4.596)
Despesas com pessoal	(873)	(36.407)	(18.493)	(55.773)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(112.379)	(1.780)	(326)	(114.485)
Amortização de investimento editorial	(17.372)	-	-	(17.372)
Serviços de terceiros	(1.915)	(8.301)	(13.949)	(24.165)
Fretes	(4.292)	(305)	(40)	(4.637)
Manutenção e reparos	(21)	(2.210)	(1.384)	(3.615)
Direitos autorais	-	(27.627)	-	(27.627)
Comissões	-	(1.988)	-	(1.988)
Mídia	-	(564)	-	(564)
Eventos e seminários	-	(942)	-	(942)
Promoções	(9)	(4.301)	(145)	(4.455)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(39)	-	(39)
Aluguel	(61)	(5.978)	(2.250)	(8.289)
Viagens e representações	(21)	(8.458)	(971)	(9.450)
Processos/contingências	(40)	(980)	(688)	(1.708)
Outras Despesas/Receitas	(260)	(1.150)	(616)	(2.026)
	<b><u>(137.322)</u></b>	<b><u>(103.299)</u></b>	<b><u>(41.110)</u></b>	<b><u>(281.731)</u></b>

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

## 24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Outras receitas</b>		
Ganho na venda de imobilizado	163	154
Alugueis	12	12
Multas fiscais e contratuais	228	133
Outros	47	33
	<u>450</u>	<u>332</u>
<b>Outras despesas</b>		
Perda líquida na venda de imobilizado	(66)	(88)
Multas fiscais e contratuais	(937)	-
Doações	(522)	(497)
Outros	(231)	(469)
	<u>(1.756)</u>	<u>(1.054)</u>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas</b>	<u>(1.306)</u>	<u>(722)</u>

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Receitas:</b>		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	4.982	548
Descontos obtidos	51	49
Juros ativos (i)	243	436
	<u>5.276</u>	<u>1.033</u>
<b>Despesas:</b>		
Empréstimos e financiamentos	(7.629)	(3.804)
Mútuos	-	(605)
Impostos	(357)	(488)
Encargos sobre parcelamentos tributários	(147)	(330)
Descontos concedidos	(76)	(93)
Juros de outros passivos	(109)	(1.091)
Comissões e tarifas bancárias	5	(44)
	<u>(8.314)</u>	<u>(6.455)</u>
<b>Variações cambiais:</b>		
Ganhos cambiais	32	513
Perdas cambiais	(310)	(288)
	<u>(278)</u>	<u>225</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>(3.316)</u>	<u>(5.197)</u>

(i) Referem-se substancialmente a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.

## 26. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

26.1 Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 compõem-se de:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda e contribuição social constituídos no exercício	(28.803)	(25.291)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 18)	<u>(267)</u>	<u>1.605</u>
	<u><b>(29.070)</b></u>	<u><b>(23.686)</b></u>

26.2 A conciliação da (despesa)/receita de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>84.875</u>	<u>71.008</u>
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34,00%</u>	<u>34,00%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(28.858)	(24.143)
I.R./C.S. não constituídos s/prejuízos fiscais (diferido)	-	(191)
Diferenças permanentes	(830)	(435)
Benefícios fiscais	729	1.083
Outros	<u>(111)</u>	<u>-</u>
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<u><b>(29.070)</b></u>	<u><b>(23.686)</b></u>

## 27. CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	55.805	47.322
<b>Ajustes de:</b>		
Depreciações e amortizações	4.715	4.596
Baixas líquidas de imobilizado	66	126
Baixa líquida de investimento	230	-
Provisão para contingências	(139)	2.149
Imposto de renda diferido	267	(1.605)
Ajuste de inventário	-	11.660
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	434	39
Juros e variação cambial, líquida	7.855	4.696
<b>Variação no capital circulante</b>		
Contas a receber de clientes	(35.757)	(17.110)
Estoques	8.437	7.553
Impostos a recuperar	(885)	15.129
Adiantamentos e despesas antecipadas	(3.422)	(2.650)
Depósitos judiciais	(1.253)	366
Fornecedores e demais contas a pagar	5.593	(6.647)
Impostos e contribuições a pagar	119	(841)
Provisão para contingências	2.103	(2.750)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13.598	(2.603)
	<u><b>57.766</b></u>	<u><b>59.430</b></u>

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 28.1 Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para o período de doze meses findo em 31 de dezembro, estão sumariados a seguir:

2013

Partes relacionadas	Circulante			Vendas (gastos), líquidos
	Contas a receber	Contas a pagar	Dividendos a pagar	
Abril Comunicação S.A. (i)	81	12.070	-	(49.220)
Abril Educação S.A.	-	-	13.254	-
Associação Abril Benefícios	-	-	-	(19)
Dinap S.A - Distribuidora Nacional de Publicações	2	-	-	-
Derivo Consultoria e Serviços Comunicação S.A.	-	-	-	(59)
Editora Caras S.A.	-	-	-	(3)
Editora Scipione S.A.	-	4	-	-
Escola Satélite S.A.	-	-	-	(393)
ETB Editora Técnica do Brasil Ltda.	19	-	-	-
Fundação Victor Civita	-	-	-	(513)
Iba Comercial e Distribuição S.A.	1	-	-	4
SGE Comércio de Material Didático S.A.	6.426	17	-	15.276
Sistema PH de Ensino Ltda.	6	6	-	384
Sistema de Ensino Abril Educação S.A.	53	25	-	(1.257)
Treelog S.A. - Logística e Distribuição	3	24	-	(480)
	<b>6.591</b>	<b>12.146</b>	<b>13.254</b>	<b>(36.280)</b>

(i) Anteriormente denominada Editora Abril S.A..

Partes relacionadas	Circulante			Vendas (gastos), líquidos	Receitas (despesas) financeiras, líquidas
	Contas a receber	Contas a pagar	Dividendos a pagar		
Abril Comunicação S.A. (i)	182	11.409	-	(15.757)	-
Abril Educação S.A.	-	-	11.239	-	605
Dinap S.A - Distribuidora Nacional de Publicações	2	-	-	(50)	-
Editora Caras S.A.	-	-	-	(3)	-
ETB Editora Técnica do Brasil Ltda.	10	-	-	11	-
Fundação Victor Civita	-	7	-	(164)	-
Iba Comercial e Distribuição S.A.	-	-	-	2	-
Sistema de Ensino Abril Educação S.A.	193	-	-	72	-
SGE Comércio de Material Didático S.A.	5.167	-	-	6.452	-
Treelog S.A. - Logística e Distribuição	3	25	-	(404)	-
	<b>5.557</b>	<b>11.441</b>	<b>11.239</b>	<b>(9.841)</b>	<b>605</b>

As transações com partes relacionadas foram efetuadas por valores e prazos usuais de mercado.

## 28.2 Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal-chave da administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e encargos	2.331	1.542
Participação nos lucros	4.108	594
	<u><b>6.439</b></u>	<u><b>2.136</b></u>

## 29. SEGUROS

A política da controladora indireta Abrilpar Participações S.A., da qual a Companhia é parte integrante, é a de manter cobertura de seguros por meio de apólice coletiva em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, alagamentos, quebras de máquinas, bens e mercadorias próprias e de terceiros, acidentes de trabalho e danos ambientais.

## 30. PLANO DE SAÚDE ABRIL

A Companhia participa do Plano de Saúde Abril, o qual foi criado para garantir a assistência médica e hospitalar aos funcionários e dependentes das empresas Abril. Assim, as empresas e funcionários possuem a responsabilidade pela contribuição mensal à Associação Abril de Benefícios, empresa gestora do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 2.890 (R\$ 2.459 em 2012).

**DIRETORIA**

**Diretores:**

**VERA LÚCIA BALHESTERO  
ANA TERESA RALSTON FERRAZ DO AMARAL  
CARLOS ROBERTO TOLEDO  
GUILHERME ALVES MÉLEGA  
JOÃO LACERDA ALMEIDA E SILVA  
DANIELA UNGARI DA COSTA MENUSIER  
EMANUEL ADRIANO DE SOUZA  
IVAN SARTORI FILHO  
MÁRIO GHIO JÚNIOR**

---

**ÉRICO DE MELLO PRADO**

Contador CRC – 1SP 256.729/O-1



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Editora Ática S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Ática S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Ática S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Estela Maris Vieira de Souza  
Contadora CRC 1RS046957/O-3 "S" SP